

JUDICIÁRIO

Empenho por código de conduta

Presidente do STF, Edson Fachin deixa claro que insistirá na adoção de um conjunto de diretrizes éticas para a magistratura

» LUANA PATRIOLINO

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, encerrou o ano do Judiciário prometendo debater, em 2026, o código de conduta para os integrantes de tribunais superiores.

Fachin afirmou que os integrantes das Cortes têm o dever de prestar contas à sociedade e pregou diálogo no Judiciário. "Não poderia, nessa direção, deixar de fazer referência à proposta, ainda em gestação, de debatermos um conjunto de diretrizes éticas para a magistratura", destacou. "Considerando o corpo expressivo que vem espontaneamente tomando o tema no debate público, dirijo-me à eminent ministra e aos eminentes ministros, e, também, à sociedade brasileira, para dizer que o diálogo será o compasso desse debate", acrescentou.

O magistrado também criticou o que foi classificado por ele como personalismos e defendeu aumentar as decisões tomadas em grupo pelos integrantes, em detrimento de resoluções individuais.

Fachin também destacou o compromisso institucional da Corte com a democracia, a transparência, a proteção dos direitos fundamentais e a separação dos Poderes.

Na sessão, Fachin também comemorou o fim da aplicação da Lei Global Magnitsky contra o ministro Alexandre de Moraes. declarou que a Corte não aceitará ameaças "venham de onde vier" e que não irá "se dobrar" diante de intimidações.

Rosinei Coutinho/STF



Na sessão de encerramento do ano judiciário, o ministro Edson Fachin enfatizou que o Supremo não se dobrará a pressões

Neste mês, Moraes e sua família deixaram de ser alvo das sanções dos Estados Unidos. A Magnitsky proibia o magistrado de transitar ou possuir propriedades nos EUA e de fazer negócios em dólar. Foi uma ofensiva do governo norte-americano para tentar frear o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro na trama golpista.

"Que esta Corte jamais se sobre a ameaças, venham de onde vier. Registrando, portanto, ao final desse ano, o levantamento da injusta e inadmissível aplicação da Lei Magnitsky a sua excelência, o ministro Alexandre de Moraes e seus familiares", disse Fachin.

O decano Gilmar Mendes também endossou os elogios a

atuação de Moraes. "Mais uma vez, ministro Alexandre, a quem o tempo, senhor da razão, fez justiça com a retirada das injustificáveis sanções da Lei Magnitsky, faço na sua pessoa um tributo à fortaleza moral desta Corte", destacou.

No balanço estatístico das atividades, segundo Fachin,

foi registrado um aumento no número de processos originários, mas redução no acervo processual — o menor das últimas três décadas. Os dados se referem ao período desde que o ministro assumiu a presidência do tribunal, em 29 de setembro.

Ao apresentar o relatório, o



Não fomos eleitos pelo voto popular, mas somos o Poder incumbido, pela Constituição, de guardá-la e de assegurar sua supremacia. Essa missão exige serenidade, diálogo republicano e compromisso com o sistema de freios e contrapesos, sem o qual a democracia constitucional se enfraquece"

Edson Fachin, presidente do STF

magistrado destacou o aumento no número de decisões colegiadas em sessões presenciais e virtuais do plenário e das Turmas, que totalizaram mais de 20 mil processos julgados e finalizados em 2025. "Isso revela o esforço institucional de fortalecimento da colegialidade e da deliberação plural", concluiu.

Ideia sofre resistência dentro do próprio Supremo

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, conversou individualmente com ministros sobre a proposta de instituir um código de conduta para os integrantes da Corte. Ainda não foram realizadas reuniões entre os ministros para tratar do tema.

O código de conduta sofre resistência no Supremo Tribunal Federal, mas o presidente da Corte, Edson Fachin, deixou claro, ontem, que não desistirá da ideia. Ele tem conversado sobre o assunto com dois ministros aposentados do Supremo: Rosa Weber e Celso de Mello.

Entre presidentes de tribunais superiores, há consenso sobre a

adoção de um código da magistratura. Fachin tem o aval de Cármen Lúcia, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); de Herman Benjamin, que comanda o Superior Tribunal de Justiça (STJ); de Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, do Tribunal Superior do Trabalho (TST); e de Maria Elizabeth Rocha, do Superior Tribunal Militar (STM).

No entanto, para conseguir aprovar uma proposta que vincule o STF, precisaria do apoio da maioria dos integrantes do tribunal. O objetivo de Fachin é instituir o código até o fim do mandato dele na presidência, em setembro de 2027. Hoje, o cenário não favorece

o presidente da Corte.

Apenas uma ala pequena da Corte — de dois ministros — ficou incomodada com a exposição do tribunal no caso Master pelas relações controversas pessoais e financeiras entre ministros que julgarão os processos e os investigados, suspeitos de fraudes de R\$ 12,2 bilhões no sistema bancário.

Embora integrantes do tribunal evitem comentar publicamente para preservar o "espírito de corpo", nos bastidores, o incômodo é visível pelas conexões reveladas entre os ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes com os controladores do Master.

Na última semana, Toffoli, que viajou em um jatinho com um dos advogados da causa, impediu que a CPI do INSS tivesse acesso ao material de quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático do controlador do banco, Daniel Vorcaro — mas determinou investigação posteriormente.

Contrato

Já a esposa de Moraes, Viviane de Moraes, fechou um contrato de R\$ 129 milhões entre o escritório de advocacia e o Banco Master. Segundo o jornal *O Globo*, a banca da família Moraes representaria

o banco "onde fosse necessário".

Fachin propôs aos ministros a criação de um código de conduta logo que tomou posse na presidência do tribunal, em setembro. A ideia, porém, só ganhou força a partir da exposição das relações de Toffoli e Moraes em torno do caso Master.

Um dos pontos que o presidente do STF quer disciplinar é a participação de ministros em eventos patrocinados por grupos com processos nos tribunais superiores.

Levantamento do *Estadão* mostra que o Master patrocinou seis eventos no Brasil e no exterior com a presença de quatro ministros da atual composição do STF (Dias

Toffoli, Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e Luiz Fux), dois ministros aposentados (Luís Roberto Barroso e Ricardo Lewandowski), o procurador-geral da República, Paulo Gonçalves, e também o advogado-geral da União, Jorge Messias, indicado à vaga de Barroso no STF.

Entre 2022 e 2025, foram seis fóruns ou conferências no Brasil. A maioria ocorreu no exterior, tendo o Master como patrocinador e Vorcaro entre os palestrantes. O Master esteve envolvido em conferências e fóruns com a participação de ministros do STF em Nova York, Roma, Londres, Paris e Cambridge (EUA).

PODER

CPMI mira Lulinha e o vice-líder do governo no Senado

» ALÍCIA BERNARDES

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS ampliou, ontem, o alcance político das investigações sobre fraudes em descontos de aposentadorias e pensões. O relator, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), protocolou requerimentos de convocação que incluem Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, além do senador Weverton Rocha (PDT-MA) e de outros alvos da mais recente fase da Operação Sem Desconto, deflagrada pela Polícia Federal na quinta-feira.

Segundo Gaspar, os novos pedidos se baseiam em indícios revelados pela PF que recolocam no radar da CPMI personagens que haviam ficado fora do foco inicial da comissão. "Fortalece os trabalhos da CPMI e demonstra o acerto das investigações. O desvio bilionário de recursos dos aposentados e pensionistas não pode ficar impune, doa a quem doer", afirmou o relator.

O nome de Lulinha voltou ao centro das apurações após a

operação atingir a empresária Roberta Luchsinger, amiga do filho do presidente. De acordo com a PF, as investigações identificaram o pagamento recorrente de uma "mesada" de R\$ 300 mil a uma empresa ligada a Luchsinger. Em mensagens apreendidas, Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como Careca do INSS, menciona que o valor seria destinado ao "filho do rapaz", sem explicitar o destinatário.

Com base nesses elementos, o relator incluiu Lulinha e Roberta Luchsinger na lista de convocações, sob o argumento de que os fatos novos levantam dúvidas que precisam ser esclarecidas no âmbito da CPMI. Também foi solicitada a oitiva de Danielle Fontenelles, apontada como possível elo entre o esquema investigado e o círculo político do PT. Ela atuou por anos no mercado de publicidade política, prestando serviços ao partido e participando de campanhas eleitorais, além de ter sido alvo de investigação da PF em 2016.

A comissão ainda quer ouvir o ex-secretário-executivo do Ministério da Previdência, Adroaldo

Portal, exonerado após ser preso na operação desta semana; e o empresário Gustavo Marques Gaspar, ex-assessor do senador Weverton Rocha. Gaspar é citado nas investigações como responsável por assinar uma procuração que concedia plenos poderes ao consultor Rubens Oliveira Costa, descrito pela PF como o "homem da mala" do esquema.

Prorrogação

Além disso, a bancada do Novo reuniu 204 assinaturas, 175 de deputados e 29 de senadores, para requerer a prorrogação automática

da CPMI por mais 120 dias, com base no artigo 152 do Regimento Interno do Senado. Liderado pelo deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS) e pelo senador Eduardo Girão (Novo-CE), o pedido destaca que a comissão ainda analisa mais de 1.500 quebras de sigilo bancário e fiscal e centenas de oitivas pendentes.

Atualmente prevista para terminar em 28 de março de 2026, a CPMI poderá estender seus trabalhos até o fim de julho, aumentando a pressão política sobre a base governista e elevando o potencial de desgaste para o Planalto.

Lula fala em "surra" na extrema-direita em 2026

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» VÍCTOR CORREIA

democracia, quem vence toma posse", acrescentou.

Depois do evento, Lula seguiu para Foz do Iguaçu (PR), onde participa da Cúpula do Mercosul. A programação da conferência, que também vai reunir os presidentes da Argentina, Javier Milei; do Paraguai, Santiago Peña; e do Uruguai, Yamandú Orsi, previa a assinatura do acordo entre o bloco do com a União Europeia.

A oficialização do tratado, no entanto, foi adiada para janeiro, por decisão da União Europeia.

Presidência

Embora não haja a concretização da parceria entre Mercosul e UE, a Cúpula do Mercosul vai oficializar a transição da presidência pro tempore do bloco, atualmente comandado pelo Brasil, e que, a partir de hoje, será guiado pelo Paraguai.

Durante a cerimônia de inauguração da ponte da integração Brasil-Paraguai, Lula saudou Santiago Peña em seu discurso. O líder paraguaio, no entanto, não participou do evento porque, segundo o chefe do Planalto, "ele tem um problema familiar em Assunção". Lula discursou em prol do crescimento econômico para os dois países.



Rocha foi alvo da PF na quinta-feira, na investigação sobre caso INSS

da CPMI por mais 120 dias, com base no artigo 152 do Regimento Interno do Senado. Liderado pelo deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS) e pelo senador Eduardo Girão (Novo-CE), o pedido destaca que a comissão ainda analisa mais de 1.500 quebras de sigilo bancário e fiscal e centenas de oitivas pendentes.

No discurso, Lula reiterou que vai vetar o Projeto de Lei (PL) da Dosimetría, que reduz penas para os condenados pelo atos antidemocráticos de 8 de Janeiro e beneficia o ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado e outros crimes.

"Eu vou vetar essa lei. E, se eles quiserem, que derrubem o meu veto. Mas a gente tem de ensinar esse pessoal a respeitar", frisou. "Eles têm que aprender que, na democracia, vence quem tem mais votos. Na